



Rodinei Crescêncio

Para o deputado Mauro Savi, é o início de uma retomada importante, pois vai dar o devido valor para as diferentes etapas do crescimento

**REFORMA DE GOVERNO** ▶ Plano é de economizar entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bi a serem destinados para investimentos em obras e ações

# 15 despesas do Estado centralizarão os cortes

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

A reforma administrativa que o governador Silval Barbosa (PMDB) se prepara para anunciar nos próximos dias caiu como uma luva de pelica na Assembleia Legislativa, que através do presidente José Riva (PSD) cobra medidas de redução dos gastos públicos para fomentar a capacidade de investimentos do Tesouro Estadual e melhorar a economia do Estado, que vem em franco crescimento, mas não consegue superar na mesma toada o crescimento das despesas.

Na proposta, o Estado centralizará suas ações na redução de 15 despesas de grande expressividade mas que ainda não ficaram totalmente definidas. As principais são a folha de pagamento de salários, que em 2012 ultrapassará R\$ 5 bilhões/ano, ou seja, um pouco

menos de 50% do total do orçamento estimado em R\$ 13 bilhões; na destinação de recursos para Fundos das mais variadas ações e no gasto com custeio da máquina que consome muito recurso com despesas de rotina como energia elétrica, café, passagens, diárias, combustíveis, enfim todos os gastos para se manter a máquina em funcionamento.

## Projeto de reforma deverá ser apresentado nos próximos dias

O governador Silval Barbosa foi informado pela equipe técnica da Secretaria de Fazenda do Estado, que elaborou a Reforma Administrativa que os esforços de corte nos gastos e de rigor na cobrança de impostos com a ampliação da eficiência tributária que é uma das melhores do Brasil, segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, de nada adiantará se não houver drástica redução nos gastos públicos, ou seja, mesma as receitas deste ano estando maiores em 8% em comparação a 2010, as despesas

cresceram 15%.

As estimativas da reforma administrativa são para cortes nas despesas da ordem de R\$ 800 milhões até R\$ 1 bilhão, para no outro lado ampliar os investimentos em obras e ações dos atuais R\$ 800 milhões previstos para R\$ 1,6 bilhão a partir de 2012.

“É o início de uma retomada importante, pois vai dar o devido valor para as diferentes etapas do crescimento de Mato Grosso”, disse o deputado Mauro Savi (PR), empresário que aponta ser importante se garantir investimentos e ações para que a economia cresça e possa honrar com os compromissos do Estado.

Savi lembrou que de nada adianta a arrecadação de Mato Grosso dar saltos de crescimento, pois já é a segunda maior do Centro-Oeste, mas as despesas também cresceram acima do esperado. “Numa boa economia, se o crescimento das receitas são de 5%, as despesas tem que crescer no máximo 2,5%, ficando ainda uma margem para eventuais problemas como as crise econômicas mundiais que acabam afetando a economia estadual”, disse o parlamentar.

## URV NO JUDICIÁRIO

### Valores poderão chegar a até R\$ 30 mil em 2011

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

Determinado a quitar as pendências de Unidade Real de Valor (URV) com os mais de 5 mil servidores do Poder Judiciário, o presidente da instituição, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, poderá ampliar para até R\$ 30 mil o teto de indenização dos créditos dos serventuários da Justiça Estadual. Nesta semana, o presidente anunciou para o início de dezembro o crédito para aqueles que ganham até R\$ 11,9 mil mas com a sobra orçamentária e financeira decorrente dos cortes de despesas, é possível que este valor seja praticamente dobrado e liquide mais de 95% de todas as pendências.

A assessoria do presidente não quis se manifestar a respeito da possibilidade dos valores serem alterados para maior, apenas reafirmou que a deter-

minação do mesmo é para se quitar as pendências que se arastam por mais de cinco anos sem solução.

O anúncio do início do pagamento para antes dos prazos definidos na última negociação, animaram os servidores da Justiça que poderão ser aquinhoadas com uma nova alteração, só que para maior, pois se os valores chegarem a R\$ 30 mil ou mais, somente uma pequena parte que tem valores demasiadamente altos é que ficaram pendentes e sendo pagos mensalmente.

Na primeira proposta, aqueles com até R\$ 11,9 mil receberiam a vista e os demais duas parcelas de R\$ 2,5 mil para iniciar de forma efetiva o pagamento das pendências, mas com existe a forte possibilidade de da sobra de recursos do orçamento as chances são do patamar mínimo de pagamento ser alterado.



João Vieira

Rubens de Oliveira está determinado a quitar os débitos

## MUNICÍPIOS

### Repases já são mais de R\$ 1 bi

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

As dificuldades da crise econômica mundial não têm conseguido afetar os cofres públicos do Estado, que mesmo arrecadando mais do que no ano de 2010 ainda continua abai-

xo da previsão feita no início deste ano para fazer frente aos compromissos assumidos para o ano todo. “Foram feitos repases superiores a 9%, ou seja, o ICMS representou um repasse a maior na ordem de R\$ 83,85 milhões e já totalizou até outubro um valor globalizado de R\$ 1 bilhão 180

milhões” disse o secretário de Fazenda, Edmilson José dos Santos.

O secretário ponderou que todo o esforço do fisco está em impedir a sonegação de impostos, mas também cortar as despesas desnecessárias de todas as ações em busca do equilíbrio entre economia e gasto e busca sobras para investimentos em obras e ações.

Edmilson ponderou que a estabilidade das contas públicas está sendo mantida com um trabalho técnico e afinado com o acompanhamento e as determinações do governador Silval Barbosa. “Reduzir despesas e garantir a correta aplicação dos recursos é dever e obrigação de todo gestor, mas também é preciso ver os esforços do governador e de sua equipe para que os municípios não sejam penalizados em seus anseios por uma arrecadação melhor”, pontuou o secretário de Fazenda.

Para alcançar os R\$ 1,18 bilhão, além do repasse do ICMS, o Governo destinou R\$ 153,68 milhões referentes ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O valor é 16% superior ao entregue em 2010, ou seja, um incremento de R\$ 21,44 milhões. “Nós temos realizado o repasse aos municípios rigorosamente em dia. Todas as semanas o Estado efetua transferência para as Prefeituras e assim vai continuar, porque o governador também vê os municípios como parceiros e detentores de uma importante parcela de atuação que é a de bem servir a população”, pontuou Edmilson.



Otmir de Oliveira

Secretário Edmilson Santos destaca que governo cumpre metas

## MT SAÚDE

### Percival questiona administração

SONIA FIORI  
DA REDAÇÃO

Líder do PPS na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Percival Muniz acusa o Estado por meio do MT Saúde, responsável pela gerência dos serviços de saúde dos servidores públicos estaduais, de cometer irregularidades no ato da contratação de nova administradora para gerir o setor. Sem papas na língua, chegou a comentar possibilidade de formação de “quadrilha” na área, num possível esquema que, em tese, estaria atingindo os cofres públicos com contratação de valor

questionável. O MT Saúde rebate os questionamentos, via assessoria de imprensa, ao explicar detalhes da mudança que ao contrário do que prega o deputado, estaria garantindo redução de custos no sistema.

O plano foi apontado como irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Percival apresentou documentos sobre as operadoras, a Saab - Saúde Samaritano Administradora de Benefícios e Open Saúde Ltda, em contrato selado no dia 24 de outubro deste ano, com assinatura do presidente do MT Saúde, Gelson Smorcinski e que conta com o secretário ad-

junto de Estado de Administração, José de Jesus Nunes, como testemunha. Questiona a ainda recente abertura da Samaritano, no dia 18 de agosto de 2011. O contrato, de R\$ 9,4 milhões para período de 6 meses, é questionado por ele.

O MT Saúde alega que o montante servirá para pagamento da operadora e do quadro de profissionais. Alega ainda que no modelo anterior a administradora recebia cerca de R\$ 400 mil mas cabia ao governo repassar cerca de R\$ 12 milhões ao mês para sustentação do sistema e reconheceu o “descontrole”.



Chico Ferreira

Deputado Percival Muniz aponta haver possíveis irregularidades, mas governo rebate as acusações